

Colatina não tem plano de urgência contra cheia

Ivan Batista

Não existe nenhuma estrutura montada em Colatina para atender a população que mora às margens do rio Doce, em caso de uma calamidade como aconteceu no ano de 1979. A cada final de ano, quando se registra elevação do nível do rio, devido às fortes chuvas na sua cabeceira, surge o medo de se repetir a tragédia de onze anos atrás. Um relatório sobre prevenção e controle das enchentes do rio Doce, elaborado em 82, mostra que praticamente nada foi feito. O prefeito Dilo Binda disse no ano passado que "se ocorresse uma enchente como a de 79 por aqui, a única coisa que podia fazer era contratar um grupo de carpideiras para chorar pelas vítimas".

Hoje, o prefeito pensa diferente, principalmente depois que iniciou a dragagem do rio Santa Maria. Adianta que se o Governo do estado lhe desse três dragas iria desassorear o rio Doce no trecho de Colatina. A Prefeitura espera receber verbas do Governo federal para a execução de obras de prevenção contra cheias. Em nível municipal, ele reconhece que a Defesa Civil só existe no papel, o que deixa a população "entregue à própria sorte".

Sem providências

Um grupo de trabalho interministerial realizou estudos para a prevenção e controle das cheias do rio Doce em 1982. Verdade é que as tão clamadas providências não foram tomadas ao longo dos anos. Ficou tudo apenas no papel. O relatório, entretanto, tem dados interessantes. Por exemplo: o reservatório de Mascarenhas ficou completamente sedimentado na inundações de 1979 e a usina tinha que manter uma descarga mínima de 600 metros cúbicos por segundo para a geração de energia.

Com o reservatório assoreado, o sedimento tem provocado abrasão nas máquinas e a necessidade de retirada contínua da lama dos equipamentos. Explicando melhor, para a retirada do sedimento próximo ao reservatório, tem sido usado o processo de sinfonamento, exigindo muitas despesas. A usina funciona com o reservatório a fio d'água, tendo descargas de estiagem inferiores a 400 metros cúbicos por segundo.

O prefeito Dilo Binda não tem dúvidas de que o sistema é causador do assoreamento do rio Doce e a adminis-

tração pública torna-se impotente para adotar medidas de proteção contra as cheias. "Nós, que estamos abaixo da represa, não podemos fazer nada. Os bancos de areia estão em todo o curso do rio e se houver mais inundações será uma catástrofe para Colatina", alerta.

Ele fala com certo constrangimento dos problemas relacionados à falta de estrutura no município. "Quero deixar claro uma coisa: se o Governo do estado me entregasse três dragas, eu iria desassorear o rio Doce nas imediações de Colatina. Seria um trabalho fantástico de combate às cheias, e além disso atenderia a todos os prefeitos do Norte do estado com areia".

Faraônico

Dilo Binda não considera isso um projeto faraônico, citando como exemplo a dragagem do rio Santa Maria, que significa recuperar um dos importantes rios da região. Para ele, esse tipo de trabalho ajuda na contenção das cheias. "Estamos esperando recursos do Governo federal para o ano que vem para limpar os rios Pancas, Lage e Santa Joana". Conforme o prefeito, os deputados Stélio Dias e Jones dos Santos Neves estão trabalhando no sentido de que as verbas sejam liberadas.

Não está descartada a possibilidade de inundações como as registradas em 1979 e a elevação do nível do rio Doce nos últimos dias significa, para muitos, recordar um pesadelo vivido tempos atrás. Dilo Binda reconhece que a questão da defesa civil "só existe no papel" e não vê necessidade da criação de um plano de emergência com a participação dos vários segmentos da sociedade de Colatina.

Se ocorrer outra cheia, a Prefeitura pedirá apoio aos clubes de serviços da cidade e ajuda aos governos estadual e federal para socorrer os flagelados. Desde 1986 foi criada a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil (Comdec) e, no entanto, não existe uma comissão com reuniões periódicas para discutir um plano de emergência. "Salve-se quem puder", seria o slogan para tratar a realidade em Colatina ante uma catástrofe.

Prejuízos

O rio Doce, em 16 de novembro de 1981, atingiu a descarga de 7.045 metros cúbicos por segundo, com o nível máximo de água à altura de 6,30 metros, inundando parcialmente a Avenida Beira-Rio, centro. Foram muitos os prejuízos, principalmente com relação

às obras públicas. Desde então, nada foi feito.

O relatório de técnicos do Governo mostrou a necessidade de Colatina ter um plano-diretor de contenção de enchentes, contenção de encostas e drenagem da cidade. Foi sugerida também a construção de diques nas margens do rio Santa Maria, da foz até ultrapassar a parte central da cidade.

Conforme ainda o documento, além do centro da cidade, outras áreas necessitam de proteção. São os bairros Vila Nova, Marista, Colatina Velha, Vila Ismênia, São Silvano, Vila Lenira e Honório Fraga. "É usual projetar obras desse tipo para resistir às cheias, separando as cidades do rio por verdadeiras muralhas, especialmente em Colatina", diz o documento.

Ocorre, porém, que Colatina é uma cidade desprotegida das enchentes, que podem se repetir de forma violenta, causando prejuízos e desabrigoando milhares de pessoas. As águas barrentas, quando aumentam de nível, notadamente nesta época do ano, representam medo no Vale do Rio Doce. O assoreamento no manancial é suficiente para provocar uma calamidade com um volume de água bem menor do que o registrado no início da década.

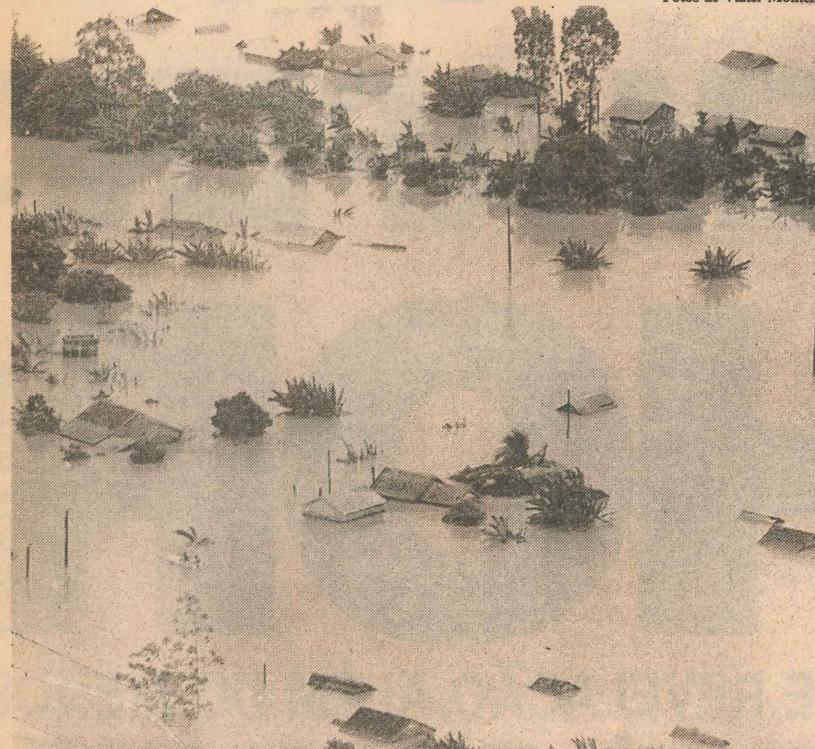
Plano de defesa

O comerciante Luiz Benetti Júnior lembra com tristeza a calamidade ocorrida onze anos atrás. "Foi como se o mundo estivesse desabando sobre nós", observa. Ele, utilizando o sistema de comunicação do PX Clube (radioamador), trabalhou na operação de salvamento e assistência aos flagelados. "Se não fosse a gente, tinha acontecido muita coisa ruim", frisa.

Benetti explicou que ficou durante 72 horas com "a roupa do corpo" ajudando os desabrigoados. Para ele, o sistema de comunicação foi de suma importância no momento em que o rio inundou toda a parte baixa da cidade. Ele defende a criação de um plano de defesa civil: afinal, não está descartada a possibilidade de um novo transbordamento do rio.

Lembrando que chegou a chorar algumas vezes diante de tanta angústia com os problemas verificados durante as inundações, Luiz Benetti advertiu que a Ponte Florentino Avidos não resistirá se se repetir o volume de água de 1979. Observou que é preciso união dos governos federal, estadual e municipal para construir a segunda via de acesso sobre o rio Doce para evitar no futuro prejuízos para a economia da região.

Fotos de Valter Monteiro



Os bancos de areia em todo o rio Doce aumentam o perigo de inundações



Há 11 anos o rio Doce transbordou: uma tragédia que pode se repetir

PM defende mobilização de defesa civil

Realizar um levantamento para a criação de um plano de defesa civil. Esta é a idéia do comandante da Segunda Companhia da Polícia Militar de Colatina, capitão Ailton Romais, diante da falta de estrutura no município para enfrentar uma calamidade. Na enchente que inundou a cidade em 1979, ele conviveu com o drama de milhares de pessoas e advertiu que não está descartada a possibilidade de um novo transbordamento do rio Doce.

Na opinião do capitão Romais, o plano de defesa civil deve contar com a participação da Prefeitura, do Corpo de Bombeiros, da Polícia Militar, dos clubes de serviços e de voluntários. "Não existe defesa civil em Colatina. Se ocorresse agora uma calamidade, as consequências seriam imprevisíveis.

Ainda há tempo de a sociedade se preparar para evitar o pior".

Quando ocorreu a enchente de 1979, que desabrigou milhares de pessoas, logo em seguida foi criada a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil (Comdec), órgão que se encarregaria de atuar no caso de calamidade. Acontece que o órgão ficou "apenas no papel". O assunto voltou a ser questionado no Rotary Clube, pois não há um plano para ser posto em prática, caso seja necessário.

Para se ter uma idéia, afirma o capitão Romais, a própria unidade do Corpo de Bombeiros de Colatina não dispõe sequer de um barco para socorrer desabrigados. Não conta também com uma equipe de busca e salvamento. "Nesse momento, existe uma espé-

cie de torre de Babel. Seria difícil realizar um trabalho de emergência para socorrer vítimas de um flagelo".

Sua preocupação é fazer um levantamento de quem tem barco para ajudar no momento que for preciso. "Nossa intenção é ter em mãos todas as informações para, se preciso, colocar em ação um plano de defesa civil capaz de atender aos objetivos. Se ocorresse repentinamente um transbordamento, para onde iriam os desabrigados?" Ninguém sabe. De quem seria a responsabilidade para atuar? Da Polícia Militar? Do Corpo de Bombeiros?" Indaga. O capitão Ailton Romais teme que o Corpo de Bombeiros e a própria PM sejam "bodes expiatórios", caso venham a se repetir inundações em Colatina.



Faltam equipamentos para pôr fim ao assoreamento dos rios da região